



**VI Semana Acadêmica
Faculdade Uninta Itapipoca**
Integração Ensino, Pesquisa, Serviço e Comunidade:
Estratégias para Inovação

DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA EM CENÁRIOS DE CRISE NO BRASIL: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.

ARGEANE DE SOUSA CAVALCANTE

Discente do curso de Bacharelado em Nutrição da Faculdade Uninta- Itapipoca
Itapipoca- CE. E-mail: argeanne.sc@gmail.com

MARIA CAROLINE DE FREITAS BARBOSA

Discente do curso de Bacharelado em Nutrição da Faculdade Uninta- Itapipoca
Itapipoca- CE. E-mail: carolinebarbosa800@gmail.com

ROSANA MATIAS DE SOUSA

Discente do curso de Bacharelado em Nutrição da Faculdade Uninta- Itapipoca
Itapipoca- CE. E-mail: rosanamatiassousa15@gmail.com

SUELLEN DE SOUSA NASCIMENTO

Discente do curso de Bacharelado em Nutrição da Faculdade Uninta- Itapipoca
Itapipoca- CE. E-mail: suellendesousanascimento@gmail.com

DOUGLAS RODRIGO CURSINO DOS SANTOS

Docente do Curso de Bacharelado em Nutrição/Nutricionista. Pós Doutorando
em Saúde Coletiva da Unilogos®. Faculdade Uninta Itapipoca. Itapipoca –
Ceará. E-mail: palestracursino@gmail.com

Introdução: No âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) toda pessoa deve ter preservada a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada. Estes aspectos que integram o conceito de SAN são importantes, pois articulam a promoção da saúde, a cultura alimentar e a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Durante a 5ª Conferência de SAN (2015), espaço institucionalizado de participação social previsto na Losan para a construção do DHAA, houve a assinatura do Pacto Nacional para Alimentação Saudável por meio do Decreto nº 8.553, de 5 de novembro de 2015, visando ampliar a disponibilidade e o consumo de alimentos saudáveis, combater o sobrepeso, a obesidade e as doenças decorrentes da alimentação inadequada. **Objetivo:** Analisar os elementos importantes para efetivação do direito humano à alimentação adequada. **Método:** Trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo qualitativa de natureza exploratória, a partir de artigos científicos e documentos governamentais, que abordem objetivamente o tema de SAN, publicados a partir de 2009 as 2019. A pesquisa utilizou como descritores os termos direitos humanos; segurança alimentar e nutricional; saúde pública; políticas públicas, onde todos estes combinados por meio de operadores booleanos, resultando em 14 artigos científicos e 02 documentos em língua portuguesa, disponíveis na íntegra aos quais foram utilizadas 03 artigos e 01 documento. Foram excluídos TCC's, artigos inconclusos, revisões bibliográficas ou que destoavam do tema principal. **Resultados:** Conclui-se que diversas estratégias têm alcance limitado e são insuficientes para assegurar a SAN, quando o objetivo é garantir alimentação adequada e saudável para toda a população; incluindo a população



**VI Semana Acadêmica
Faculdade Uninta Itapipoca**
Integração Ensino, Pesquisa, Serviço e Comunidade:
Estratégias para Inovação

em situação de rua, aqueles abaixo da linha da pobreza, boa parte da população rural, povos e comunidades tradicionais. Observou-se também uma prevalência de ações direcionadas ao consumo, sem interferir com mudanças significativas na cadeia produtiva nacional ou local. Em geral, as informações eram disponibilizadas como notícias, de forma dispersa, frequentemente não citando o dispositivo legal que as institui e regula, o que sinaliza a fragilidade para que se cumpra a responsabilização e obrigatoriedade de ações dos agentes públicos de saúde. **Conclusão:** Na saúde pública permanece a necessidade de proteção, cumprimento das garantias e efetivação do DHAA como um direito de todos. Entre os desafios colocados para o atual cenário de desmontes e crises, está construir uma rede de proteção social - ampliada, coerente e consistente -, capaz de integrar políticas públicas sociais e humanitárias, oferecer aos pequenos agricultores as condições financeiras necessárias para o enfrentamento da crise, sem volatilidade dos preços dos alimentos, com valorização da cadeia local de produção e distribuição dos alimentos (de comida de verdade), fortalecer os sistemas e ambientes alimentares para que sejam capazes de mudar o modo de vida existente, visando à alimentação adequada e saudável para todos.

Descritores: Direitos Humanos; Segurança Alimentar e Nutricional; Saúde Pública; Políticas Públicas;

Referências:

BRASIL. Organização de Conferências Nacionais: desafios e novas possibilidades de diálogo. Joana Alencar e Isadora Cruxen do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, de maio de 2015, disponível no site da 5ª Conferência Nacional (<http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/5a-conferencia-nacional-deseguranca-alimentar-e-nutricional>).

BRASIL. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União: Brasília, DF, 18 set. 2016.**

BUCCI, M. P. D. O conceito de política pública em direito. In: BUCCI, M. P. D. Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 1-47.

BURLANDY, L. A atuação da sociedade civil na construção do campo da Alimentação e Nutrição no Brasil: elementos para reflexão. **Revista de Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 63-72, 2011. DOI: 10.1590/S1413-81232011000100010.